

PATRIARCADO, VALOR E COMUNICAÇÃO. MODOS DE VIDA, TRABALHO E AS RELAÇÕES DE GÊNERO SOB O CAPITALISMO

PATRIARCHY, VALUE AND COMMUNICATION. WAYS OF LIFE, WORK AND GENDER RELATIONS UNDER CAPITALISM

PATRIARCADO, VALOR Y COMUNICACIÓN. FORMAS DE VIDA, TRABAJO Y RELACIONES DE GÉNERO BAJO EL CAPITALISMO

César Ricardo Siqueira Bolaño

■ Professor titular aposentado da Universidade Federal de Sergipe. Professor voluntário do Programa de Pós-graduação em Economia (PROPECUFS). Coordena o Obscom/CEPOS.

■ E-mail: bolano.ufs@gmail.com

Manoel Dourado Bastos

■ Professor Associado do Departamento de Comunicação da Universidade Estadual de Londrina. Professor do PPGCOM-UEL. Presidente da União Latina de Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura – Seção Brasil (Ulepicc-Brasil) [2020-2022]. Coordena o Laboratório Cubo – Economia Política da Comunicação e Crise do Capitalismo. Integrante do Obscom/CEPOS.

■ E-mail: manoel.bastos@uel.br

Rafaela Martins de Souza

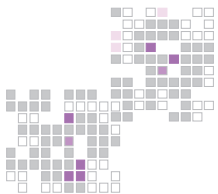
■ Mestre em Comunicação pela Universidade Estadual de Londrina. Doutoranda em Ciências da Comunicação pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC). Integrante dos grupos Cubo e Obscom/CEPOS.

■ E-mail: rafaelamartins1990@hotmail.com

Mauricio Herrera-Jaramillo

■ Investigador do grupo “Conflicto, región y sociedades rurales” do departamento de Desenvolvimento Rural e Regional da Pontificia Universidad Javeriana. Integrante do Obscom/CEPOS.

■ E-mail: mauricio.herreraj@gmail.com



RESUMO

O artigo objetiva uma revisão das relações de gênero a partir da Economia Política da Comunicação. Baseado nas estratégias de método da derivação das formas e da regulação (BOLAÑO, 2003), propõe-se um diálogo crítico com Scholz (1996, 2013) e Federici (2017, 2021), discutindo patriarcado capitalista e valor nos termos da forma-comunicação (BOLAÑO, 2000). Em diálogo com a dissociação-valor de Scholz, explicita-se seus limites, assentados numa dificuldade com os planos de análise da teoria do valor. Recorrendo ao plano da subsunção do patriarcado no capital, avalia-se a contribuição de Federici sobre suas funções históricas, apontando os limites de suas críticas à Marx. A partir do conceito “modo de vida” de Granou (1972), propõe-se uma análise do plano formal da comunicação e sua relação com as metamorfoses históricas do patriarcado. Assim, concluímos como as modulações de gênero na Indústria Cultural seguem a lógica capitalista de produção e seu fundamento patriarcal.

PALAVRAS-CHAVE: PATRIARCADO; VALOR; FORMA-COMUNICAÇÃO; GÊNERO; MODOS DE VIDA..

ABSTRACT

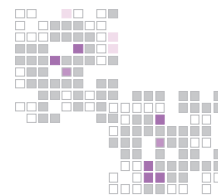
The paper aims a review of gender relations from the Political Economy of Communication. Based on the strategies of method of derivation of forms and of regulation (BOLAÑO, 2003), it proposes a critical dialogue with Scholz (1996, 2013) and Federici (2017, 2021), discussing capitalist patriarchy e value in form-communication terms (BOLAÑO, 2000). In dialogue with Scholz's dissociation-value, it explains its limits, based on a difficulty with the plans of analysis of the theory of value. Using the plan of subsumption of patriarchy in capital, it evaluates Federici's contribution on its historical functions, pointing out the limits of her criticisms of Marx. Based on Granou's (1972) “way of life” concept, it proposes an analysis of the formal plan of communication and its relationship with the historical metamorphoses of patriarchy. It concludes thus how gender modulations in the Cultural Industry follow the capitalist logic of production and its patriarchal foundation.

KEY WORDS: PATRIARCHY; FORM COMMUNICATION; GENDER; WAY OF LIFE.

RESUMEN

El artículo tiene como objetivo una revisión de las relaciones de género desde la Economía Política de la Comunicación. A partir de las estrategias de método de la derivación de formas e de la regulación (BOLAÑO, 2003), se propone un diálogo crítico con Scholz (1996, 2013) y Federici (2017, 2021), discutiendo el patriarcado capitalista y el valor en términos de la forma-comunicación (BOLAÑO, 2000). En diálogo con la disociación-valor de Scholz, explicamos sus límites, a partir de una dificultad con los planes de análisis de la teoría del valor. Utilizando el plan de subsunción del patriarcado en el capital, evaluamos la contribución de Federici sobre sus funciones históricas, señalando los límites de su crítica a Marx. Partiendo del concepto de “modo de vida” de Granou (1972), se propone un análisis del plan formal de comunicación y su relación con las metamorfosis históricas del patriarcado. A partir de ello, se concluye cómo las modulaciones de género en la Industria Cultural siguen la lógica capitalista de producción y su fundamento patriarcal.

PALABRAS CLAVE: PATRIARCADO; FORMA COMUNICACIÓN; GÉNERO; MODOS DE VIDA.



1. Apresentação

Este texto visa contribuir para a construção de uma teoria feminista marxista, centrada na crítica do “patriarcado capitalista”, através de uma aproximação entre a construção teórica de Scholz e sua teoria da dissociação-valor (1996; 2013) e a crítica dialética da forma-comunicação (BOLAÑO, 2000), seguindo as pistas de um texto anterior (Bastos; Souza, 2019) em que o problema foi apresentado pela primeira vez. Além dessas referências, trataremos de incorporar também o trabalho de Federici (2017; 2021), com sua análise do “patriarcado do salário” e, em especial, sua contribuição à periodização do capitalismo. Observaremos a concepção de “modo de vida” de Granou (1972) para buscar uma solução crítica para a compreensão da opressão de gênero no âmbito da Economia Política da Comunicação.

Trata-se, em última instância, de fornecer uma contribuição ao diálogo entre feminismo e marxismo, na perspectiva da chamada Economia Política da Comunicação e da Cultura (EPC), que tem se apresentado, no campo da Comunicação, como alternativa teórica geral, baseada na leitura sistemática d’*O Capital* de Marx, numa perspectiva não economicista, que reconhece o seu caráter de crítica imanente da economia política e de desvendamento das leis gerais do modo de produção capitalista. Especificamente, trata-se de recuperar a contribuição particular da EPC no sentido de aproximar os estudos feministas e os estudos de comunicação em chave marxista, como crítica às visões pós-modernistas e congêneres dos “estudos de gênero”, que dominam o campo, a serviço de um feminismo anticapitalista. A estratégia de método está baseada, primeiro, na derivação das formas e, na sequência, na regulação, conforme Bolaño (2003) define caminhos essenciais de análise próprios à EPC.

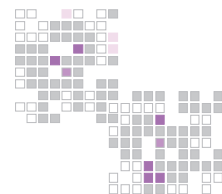
Nesse sentido, é preciso explicitar que a recuperação das contribuições, tanto de Scholz

como de Federici, passa por uma crítica às suas concepções originárias, de um modo ou de outro ligadas, no primeiro caso, pelo revisionismo marxista de Postone (1993) e, no segundo, pela leitura de Marx promovida por autores da escola operaísta italiana, especialmente Negri, conhecido adepto do pensamento pós-moderno. É importante deixar claro que as contribuições das referidas autoras serão incorporadas, criticamente, a um marco teórico alternativo àquele em que foram originalmente formuladas.

2. Crítica Feminista Marxista: Gênero, Trabalho e Valor

Scholz procura uma conceituação da problemática de gênero no plano da forma, com base em uma crítica da teoria do valor, considerando que as abordagens marxistas clássicas (o “marxismo tradicional”, diria Postone, 1993) não esclarecem o problema da assimetria entre os sexos porque colocam o foco no plano da circulação. Ao contrário, Scholz, propõe-se a analisar o problema a partir dos conceitos de trabalho abstrato e de fetichismo da mercadoria. Para isso, em seu primeiro trabalho, de 1996, que Bastos e Souza analisam no texto citado, a autora formula a “teoria da dissociação-valor” e os conceitos de “princípio masculino” do valor e de “esfera privada feminina” dissociada¹.

1 Bastos e Souza (2019, p. 2), no texto que se define como de “Aproximações especulativas entre a teoria do valor-dissociação e a (crítica da) economia política da comunicação”, testam a hipótese da “forma social da comunicação como expressão do ‘princípio masculino’ e como isso se relaciona com a ‘esfera privada feminina’, visando uma avaliação da audiência como mercadoria”. Note-se que os autores estão perfeitamente cientes dos limites da adoção da solução de Scholz, como se pode perceber no trecho em que apontam que a pauta do programa da interseccionalidade “não é capaz de resolver o problema exposto por Scholz (e defendido no presente trabalho) porque opera apenas na esfera da aparência, em uma dimensão contingente da socialização” (BASTOS; SOUZA, 2019, p. 4). Mais adiante (p. 8), dirão, sobre a sua própria proposta nesse texto preliminar: “Neste momento, não se trata de afirmar categoricamente as relações entre a dissociação-valor e a forma-comunicação, mas



O fato de Marx não considerar, no plano do capital, a questão da assimetria entre os sexos nada nos diz sobre sua posição em relação às lutas feministas, mas precisa, é claro, ser explicado. Não se trata propriamente de que a questão da mulher não possa ser considerada naquele nível elevado de abstração que corresponde ao plano da forma. Como esclarecem Bastos e Souza (2019), a solução de Scholz (1996, 2004, 2011, 2013, 2014, 2017) constituiria uma alternativa marxiana, tanto em relação ao feminismo marxista, que justificaria o esquecimento de Marx por um suposto caráter sexualmente neutro da teoria do valor, quanto às

visadas culturalistas, resultantes das concepções pós-estruturalistas e desconstrucionistas que dominaram o debate dos fins dos anos 1980 e nos anos 1990, que rejeitaram a teoria marxista e recolocaram a discussão segundo os termos conceituais de gênero e da identidade, numa espécie de ontologização das diferenças que pretendia eliminar qualquer referência à totalidade em nome dos aspectos relacionais da ordem discursiva (BASTOS; SOUZA, 2019, p. 3).

Estão corretos os autores em defender uma solução marxiana, situando o problema no plano da análise da forma e não, portanto, das funções. O projeto de Scholz é: “comprovar que a divisão e dominação sexual é uma categoria estruturante do processo capitalista e primordial para a sua existência” (idem, p. 5). O problema das abordagens marxistas anteriores seria que, “no

de propor especulativamente algumas particularizações para, em outro momento, avaliar sua pertinência. Ou seja, para agora, trata-se de trazer a proposta para a avaliação e debate”. É claro que, em todo caso, o ajuste aqui proposto acabará por assinalar o defeito da proposta especulativa dos autores, apresentado no item “o ‘princípio masculino’ da forma-comunicação e a ‘esfera feminina’” (pag. 7 e segs.), mas não é esse o propósito deste artigo.

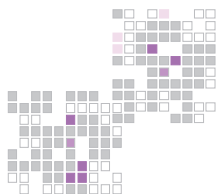
âmbito da teoria do valor, a assimetria entre os sexos é entendida como uma espécie de aparência cuja essência é o capital, a autovalorização do valor” (idem, p. 6). A autora pretende proceder a uma correção na teoria do valor para colocar a questão da dominação sexual no plano da essência:

O núcleo de minha tese é o seguinte: a contradição básica da socialização através da forma-valor, de matéria (conteúdo, natureza) e forma (valor abstrato) é determinada com especificação sexual. Todo conteúdo sensível que não é absorvido na forma abstrata do valor, a despeito de permanecer como pressuposto da reprodução social, é delegado à mulher (dimensão sensível, emotividade etc.) (SCHOLZ, 1996, p. 18).

Como lembram Bastos e Souza (2019, p. 6),

contudo, a dissociação não pode ser compreendida em termos derivados, como uma particularização aparente da forma de valor. Assim, ao mesmo tempo em que é um elemento integrante da socialização pelo valor, a assimetria entre os sexos lhe é exterior – ou melhor, ela é constitutiva da socialização pelo valor exatamente por lhe ser exterior.

A consideração dessa exterioridade constitutiva, em vez de inserir externamente, ou em derivação, a dominação masculina e a assimetria entre os sexos, deve “levar em conta o mecanismo patriarcal da cisão – não no sentido de um acréscimo externo, mas no de uma alteração qualitativa da própria teoria do valor, que seria assim também uma crítica do patriarcado” (SCHOLZ, 1996, p. 18). A preocupação metodológica da autora no seu intento de explicitar “uma mediação dialética entre a assimetria entre os sexos e a



autovalorização do valor” (BASTOS; SOUZA, 2019, p. 7) se concentra nas relações entre essência e aparência. Assim,

ela não reconhece que o “feminino” e a “dominação masculina” sejam elementos que surgem apenas como momento aparente, portanto derivados, entendendo-os como aspectos essenciais, em sua dissociação, da autovalorização do valor. A dissociação é um elemento estruturante, dinâmico e negativo (BASTOS, SOUZA, 2019, p. 7).

O problema não está na pretensão de procurar a explicação no plano da essência, mas na solução ela mesma, afirmando uma suposta oposição entre um “princípio masculino” do valor – que estaria na base da constituição da esfera pública, entendida como a esfera da troca, como no capítulo 2 do livro primeiro d’*O Capital* – e uma “esfera feminina” dissociada, para onde se deslocariam todos os elementos da esfera privada, entendida como “aparência”. Assim,

a igualdade aparente entre os agentes da troca é já ela mesma fundamentada numa cisão estruturante da socialização pelo valor, a saber: a assimetria entre os sexos que necessariamente dissocia aspectos da reprodução social então compreendidos como femininos, alheios ao valor e que aparecem como próprios da esfera privada, enquanto que o âmbito do valor cinde-se seguindo um “princípio masculino”, ou seja, aparece como público (BASTOS, SOUZA, 2019, p. 8).

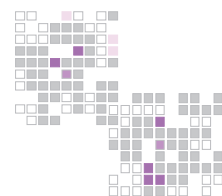
Aqui reside a dificuldade². Em primeiro lugar,

² Note-se que a própria Scholz revisará posteriormente essa solução, reconhecendo que “com o amadurecimento e revisão de sua teoria, ela percebeu que a separação das esferas não identifica a dissociação estrutural que a autora buscava, apontando já para o âmbito da aparência” (BASTOS; SOUZA, 2019, p. 9).

é preciso esclarecer que o capítulo 2 d’*O Capital* apresenta justamente o plano da aparência do capitalismo, uma economia mercantil, constituída de indivíduos livres e iguais, todos proprietários privados de mercadorias que se relacionam entre si exclusivamente por meio dessas mercadorias. A relação de capital só será introduzida no capítulo 4, que representa o trânsito da aparência à essência. Até então a teoria do valor é de fato sexualmente neutra. Nesse sentido, assim como o capital, a cisão é pressuposta. Porém, mesmo posteriormente, o próprio Marx não introduz a questão da assimetria entre os sexos, permanecendo em um elevado nível de abstração, para descrever o mecanismo da exploração do trabalho, que não poupa homens, mulheres ou crianças, como se verá nos capítulos históricos do livro primeiro.

É no capítulo 4, quando o dinheiro se transforma em capital pela exploração de trabalho humano não pago, mais precisamente na definição do valor da força de trabalho, que o problema deve ser colocado, no plano da essência, portanto. Marx deixa bem claro que a determinação do valor da força de trabalho é dada por fatores de ordem extraeconômica fundamentais, quais sejam, a duração da jornada de trabalho e a definição da cesta de consumo dos trabalhadores, ambos elementos histórica e geograficamente determinados, dependendo em última instância da luta de classes. A existência, em determinados momentos históricos, de uma produção doméstica dos bens de consumo da classe trabalhadora reduz evidentemente o valor da força de trabalho. É aí onde se deve localizar a ideia de “constituição sexualmente assimétrica e historicamente específica do valor” (BASTOS, SOUZA, 2019, p. 7).

Melhor que aquela “exterioridade constitutiva” de que fala Scholz, a consideração do patriarcalismo como um fator extraeconômico fundamental para o capital, mas cuja existência



é muito anterior ao capitalismo, exprime a necessidade da sua incorporação (subsunção), como elemento constitutivo do movimento geral da reprodução do capital, que deve adequar-se às necessidades historicamente cambiantes deste. Isso no plano da forma. No plano das funções, será preciso, posteriormente, falar em duas, relacionadas, de um lado, à reprodução da força de trabalho e, de outro, ao controle social, mas isso deve ser pensado já em termos históricos.

Assim, por exemplo, ao fim da Segunda Guerra, as mulheres foram expulsas dos processos produtivos para os quais haviam sido convocadas durante o conflito, e empurradas para o espaço doméstico, onde deveriam voltar a submeter-se ao poder patriarcal, de acordo com as necessidades de controle social e de reestruturação do capitalismo. Em outros momentos, por exemplo, na Revolução Industrial e no tempo de Marx, as mulheres foram largamente utilizadas na indústria têxtil. Ou seja, assim como o capital comercial e o capital bancário, formas antediluvianas do capital, com a instalação do modo de produção capitalista, acabarão por subordinar-se ao capital industrial, tornando-se o juro e o lucro comercial, deduções da mais-valia extraída pelo capital produtivo, assim também o patriarcado terá que se adaptar às necessidades de reprodução do capital e de controle social³. Com isto, chegamos a definir a mediação dialética entre a assimetria entre os sexos, de um lado, e a autonomização da forma-valor, de outro, tanto no plano da forma quanto

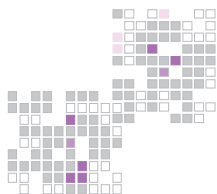
no das funções.

É no plano das funções que se situam, por sua vez, as principais contribuições de Federici (2017), quem realizou uma pesquisa historiográfica sobre o fenômeno da caça às bruxas, definindo-o como constitutivo do período da acumulação primitiva do capital na Europa Ocidental. A autora coloca a derrocada feminina do período como um elemento chave para a compreensão das operações de construção “de um novo corpo” do homem trabalhador fabril, a inauguração do conceito de indivíduo em contraponto ao coletivismo, os princípios ideológicos iluministas que assumem a racionalidade e o controle do tempo como qualidades masculinas, que contribuem para a fundação de um tipo específico de patriarcado que serve ao capitalismo.

Trata-se de uma contribuição fundamental na medida em que o processo histórico considerado envolve, a nosso ver, na sua essência, desapropriação, desqualificação e monopolização do conhecimento, processo que se estenderá no tempo, constituindo, no período manufatureiro, aquilo que Bolaño (2000) define como “acumulação primitiva de conhecimento”. Federici, no entanto, segue outra perspectiva, entendendo, por exemplo, o capitalismo como um processo contrarrevolucionário decorrente das inúmeras lutas e insurreições populares do período medieval. Não é possível, nos limites deste artigo, apresentar as críticas que a autora desfere contra Marx, a quem acusa de entusiasta do capitalismo enquanto processo de evolução tecnológica e de ter um excessivo apreço às máquinas. Em suma:

[...] existe uma nítida contradição no cerne do pensamento de Marx. Embora tome a exploração do trabalho como elemento-chave na produção de riqueza capitalista, ele também deixa de fora da teorização algumas atividades e relações sociais que são essenciais

³ Não entramos aqui na discussão do racismo, que pode ser pensado também, sem dúvida, em termos de regulação do valor da força de trabalho, porque, no plano das funções e dos processos históricos concretos, apresenta especificidades e uma complexidade particular que o pensamento pós-estruturalista reduz a uma abstração em grande medida vazia, que redundaria, no plano político, em reivindicações puramente identitárias, afastadas da problemática marxista. Neste ponto, estamos plenamente de acordo com o projeto alternativo de Roswitha Scholz, ainda que não em relação à solução metodológica que ela apresenta no seu texto inicial, aqui em exame.



para a produção da força de trabalho, como o trabalho sexual, a procriação, o cuidado das crianças e o trabalho doméstico. (FEDERICI, 2021, p. 97)

Para Federici (2018, 2021), Marx “reconhece que capacidade de trabalho não é dada”, sendo, pelo contrário, “produto da atividade social que sempre assume uma forma histórica”, mas ignora quase por completo o trabalho doméstico – que ela denomina “de reprodução”, o que evidentemente não coincide com o conceito mais amplo de reprodução de Marx, restringindo-se aos elementos da reprodução da força de trabalho que operam no plano doméstico, entre os quais ela inclui o que chama de “trabalho sexual, a procriação, o cuidado das crianças” –, quando muito tratando-o de maneira incidental. Todas essas atividades, fundamentais para a manutenção e a reprodução das relações sociais de todo tipo, inclusive a acumulação do capital, são vistas pela autora como trabalho produtivo para o capital, o que ajudaria, segundo ela, a entender as relações de gênero como relações de produção.⁴

Dois problemas em particular se apresentam: o da definição de trabalho produtivo para o capital e o da interpretação geral da obra de Marx, lido sob as lentes de Negri (1993), mais especificamente, da questionável interpretação deste último do polêmico fragmento sobre as máquinas, dos *Grundrisse*, tomado como chave para a interpretação de *O Capital*. Isto não a impede, dizíamos, de fornecer uma importante contribuição à compreensão do problema do

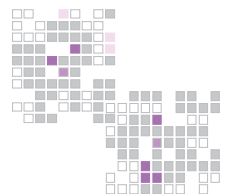
⁴ “Por fim, reconhecer que é o trabalho doméstico que produz a mão de obra nos permite compreender as identidades de gênero como funções do trabalho e as relações de gênero como relações de produção, um ato que liberta as mulheres da culpa sofrida sempre que desejamos recusar o trabalho doméstico e que amplia o sentido do princípio feminista de que ‘o pessoal é o político’” (FEDERICI, 2021, p. 102).

patriarcado do ponto de vista histórico. Nesse sentido, cabe ressaltar o esclarecimento que faz a respeito da gênese da família nuclear proletária, um fenômeno iniciado nos Estados Unidos e na Inglaterra na década de 1870, estendendo-se em seguida para outros países. Assim,

[...] com a introdução do salário familiar, do salário do operário masculino (que se multiplica por dois entre 1860 e a primeira década do século XX) é que as mulheres que trabalham nas fábricas são rechaçadas e enviadas para casa, de modo que o trabalho doméstico se transforma em seu primeiro trabalho e elas se convertem em dependentes. Esta dependência do salário masculino define o que chamei ‘patriarcado do salário’; através do salário cria-se uma hierarquia, uma nova organização da desigualdade [...] (FEDERICI, 2018, p. 13, tradução nossa).⁵

Ao invés de apresentar essa importante formulação simplesmente como complemento à caracterização feita por Marx da passagem da exploração da mais-valia absoluta à mais valia relativa, o que envolveria uma mudança radical na organização da família proletária, de modo que o trabalhador homem passa a exercer, no plano doméstico, o papel de “supervisor do trabalho não pago da mulher” e o “poder de

⁵ Na tradução em espanhol, que acompanhamos, encontra-se: “[...] con la introducción del salario familiar, del salario obrero masculino (que se multiplica por dos entre 1860 y la primera década del siglo XX), es que las mujeres que trabajaban en las fábricas son rechazadas y enviadas a casa, de forma que el trabajo doméstico se convierte en su primer trabajo y ellas se convierten en dependientes. Esta dependencia del salario masculino define lo que he llamado ‘patriarcado del salario’; a través del salario se crea un nueva jerarquía, una nueva organización de la desigualdad”. A introdução à edição em espanhol de *O patriarcado do salário*, publicada pela editora Tinta Limón, difere da originalmente publicada em inglês e traduzida para a edição brasileira da Boitempo. Trata-se de uma conferência pronunciada pela autora em 2017, em Zaragoza.



disciplinar”, dividindo a família em duas partes, “uma assalariada e outra não assalariada” e criando “uma situação em que a violência está sempre latente” (idem), a autora insiste em agregar que Marx não atentara, na época em que produzia *O Capital*, para um processo que ocorria sob seus olhos⁶.

3. Capitalismo e Modo de Vida

O esclarecimento de Federici (2017, 2021) a respeito da constituição da família nuclear proletária situa-se em outro plano de análise, o mesmo em que se situa o conceito de modo de vida formulado por Granou (1972), precursor da escola francesa da regulação. Tomados conjuntamente, de acordo com a nossa interpretação, os esclarecimentos históricos de ambos os autores apresentam uma interessante complementaridade. O período estudado pelo francês é o da segunda metade do século XX, que ele considera como o de uma revolução dos modos de vida, correspondente à constituição de uma terceira fase do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, depois da manufatura e da maquinofatura. Mesmo descartando essa proposta de periodização, com a qual não concordamos por motivos que não cabe explicitar neste texto,⁷ julgamos fundamental recuperar a definição de modo de vida de Granou.

Para o autor, após a consolidação da grande indústria, o processo de crescimento da acumulação de capital encontrou uma limitação

na “estreiteza da base material” sobre a qual se desenvolveram as relações capitalistas de produção, situação que se manifesta tanto nos países do centro como nos de periferia, e que, para o autor, não é uma visão subconsumista, mas reflete o fato de que qualquer avanço qualitativo na acumulação de capital no plano social supõe necessariamente “uma expansão das relações de produção capitalista, da divisão capitalista do trabalho, em novas esferas de atividade social (...) compatíveis com a produção e acumulação do sobretrabalho”, ou seja, “a extensão da base social sobre a qual as relações de produção capitalistas se reproduziam” (Granou, 1972, p. 46).

A consequência desse desenvolvimento não se limita à intensificação do consumo, mas repercute no modo de vida das comunidades envolvidas. Assim, o sistema de princípios e valores das comunidades é violado à medida que novas formas de organizar e administrar a vida, de se relacionar com a natureza e com os demais membros da comunidade, de se vestir, de desenvolver sua espiritualidade etc. são impostas. Segundo Granou, até meados do século XX, na maioria das vezes, o trabalhador, ao sair da fábrica, estava inserido em um ambiente social em que a reprodução da vida era pautada por valores e princípios outros que não os que regem o capital. De tal forma que sua vida depois e fora da fábrica era apresentada como alheia à lógica do capital. Nas palavras do autor:

Ao sair da fábrica, o operário encontrou um mundo em que o capitalismo, que já começava a fazer sentir o peso de sua ditadura, ainda não havia se firmado. A organização da vida social, da família ou, mais prosaicamente, do uso de objetos e instrumentos foi amplamente dominada pelas relações sociais, pelos valores e, em última instância, pelo modo de vida herdado dos tempos em que o capitalismo mal existia no estado de poder. No final do

6 As limitações da leitura de Marx feita por Federici ficam exemplificadas quando, na mesma página, atribui àquele a definição de subsunção real de Negri, que é bastante diferente.

7 Aqui adotamos a definição das três revoluções industriais feita por Bolaño (2002) em termos de subsunção do trabalho. Em Bolaño (2011) encontra-se uma crítica também à periodização do professor Ruy Fausto (2002), que divide o capitalismo em três momentos: manufatura, grande indústria e pós-grande indústria. Mas a perspectiva de Fausto não se confunde com aquela de Granou, nem se refere a ele, dialogando antes com as posições de Negri e Hardt (2000).

século passado [XIX], a desagregação do modo de vida ancestral só avançava nas áreas de habitação que o capitalismo fizera aparecer paralelamente às fábricas, bem como nos conjuntos de casas para os mineiros. No entanto, esta desagregação protegeu fortemente a sobrevivência do antigo modo de vida, como a autoridade do pai na família, ou do padre na paróquia, sem falar nas relações de vizinhança, nas festas... De modo contrário, em áreas onde o capitalismo desenvolveu trabalho doméstico, o antigo modo de vida foi reproduzido da mesma maneira. A sociedade capitalista contemporânea da grande indústria era, assim, o produto de uma organização social onde se misturavam formas de produção cada vez mais dominadas pelas relações capitalistas e formas sociais de vida, ainda sob o domínio das relações herdadas do feudalismo (GRANOU, 1972, p. 47-48, grifo do autor).

Esse ambiente é aquele que deveria ser transformado, segundo o autor, e que se transformaria de fato no pós-guerra, para integrar o trabalhador à lógica capitalista e, portanto, para que o capitalismo pudesse ser definitivamente imposto “contra os modos de produção anteriores” (idem, p. 48). Não é apenas uma questão de aumentar o consumo da classe trabalhadora, é necessário modificar os valores e princípios que regem sua reprodução social, o “modo de reprodução da vida” (idem).

Não se trata, portanto, apenas de uma necessidade de compatibilizar os níveis de produção e consumo, como se pôde perceber a partir de uma leitura apressada do conceito regulatório de modo de consumo. Granou, pelo contrário, tenta dar centralidade à ideia de transformação do modo de vida e, com ela, à existência de um conjunto de valores e princípios sociais que regem a vida no sistema capitalista,

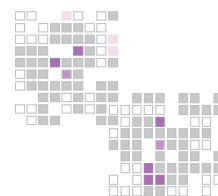
que devem ser disseminados/impostos à medida que o sistema se expande, condicionando permanentemente os modos de vida tradicionais ancestrais.⁸ Ou seja, a reprodução do modo de produção capitalista requer a adoção de um modo de vida específico⁹.

A ideia de reprodução derivada dessa perspectiva aproxima-se daquela geralmente utilizada pelos estudos feministas e a própria constituição da família nuclear proletária a que se refere Federici pode ser entendida sob o conceito, assim definido, de modo de vida, que, por sua vez, por outro lado, dá-lhe uma nova amplitude, inserindo-a numa periodização diferente daquela proposta por Granou, anteriormente referida. Além disso, toda a argumentação centra-se na ideia de destruição das formas de vida anteriores, das comunidades, o que nos aproxima da questão muito atual da resistência, da luta pelo comum, à qual também se insere Federici, e tudo o que está na base da chamada perspectiva descolonial. Por fim, é nesse sentido que deve ser entendida a ideia regulacionista de um modo de consumo.

Quando fala de uma revolução nos modos de vida que permite superar o problema da estreiteza da base material nas sociedades capitalistas, Granou (1972) se refere, em primeiro lugar, a um processo de destruição das “relações sociais que unem os homens entre si, tanto na vida familiar como na vida social [e], por outro lado,

8 Celso Furtado expressa perspectiva análoga ao fazer a famosa alusão ao fato de que a passagem do cavalo para a ferrovia, mais do que a evolução do meio de transporte, significa a transformação de todo o estilo de vida, que, claro, envolve a imposição de novas relações sociais que transformem o cotidiano das comunidades (FURTADO, 1997, V. III, p. 19).

9 Este último entendido como uma totalidade concreta, no sentido de Kosik (1963), “produzida e reproduzida pelo desenvolvimento do próprio modo de produção”, o que “torna necessário analisar suas transformações como um processo de destruição do antigo modo de vida, destruição que é ela própria a condição para o surgimento de um novo modo de vida que coincide com as novas condições de produção” (GRANOU, 1972, p. 49, tradução nossa).



às relações que os homens têm com os objetos e utensílios que utilizam e que os leva a perpetuar ou não este modo de vida”(GRANOU, 1972 , p. 51, tradução nossa), para então reconstruir um novo modo de vida em que as relações diretas passam a ser mediadas por bens, onde o que prevalece é o processo de valorização do capital, ou seja, o fim.

A materialização dessa ruptura reorganiza o eixo em torno do qual o ser humano historicamente construiu sua existência, pois com a expansão das relações capitalistas de produção, o eixo deixa de ser o conjunto das relações sociais e o uso de objetos dentro das comunidades, para organizá-lo em torno de um eixo abstrato em sua natureza: as mercadorias, que obviamente passam a determinar a natureza das relações. As mudanças sofridas pelo sistema no pós-guerra, portanto, implicam uma atualização não só das condições de exploração, mas também das relações de abstração, de separação, que, vistas em conjunto, tornam-se o binômio básico que explica a dinâmica dos processos históricos de integração (destruição) das comunidades ao capitalismo, já que, para o capital, não basta produzir materialmente seu modo de vida: “também é necessário produzi-lo como uma ‘ideia’, em termos de um novo ritual e uma nova moralidade, como uma ordem social.” (GRANOU, 1972, p. 57)¹⁰.

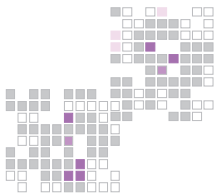
10 Portanto, o elo que formaliza a estreita relação entre modo de produção e modo de vida são essas relações abstratas. Imerso na lógica do capital, “os signos em sua natureza, sua forma, uso, assim como em sua própria existência, são determinados pelas necessidades do capital e pelas condições para sua reprodução” (GRANOU, 1972, p. 57, tradução nossa). Portanto, na medida em que os signos são produzidos de forma a reafirmar e condicionar as relações sociais abstratas do mundo dos bens, também cumprem uma função de discriminação social, ou seja, sujeitam, condicionam, exploram os indivíduos, reafirmando relações capitalistas: “Onde a acumulação de capital requer a abundância dos valores de uso, os signos uma vez mais colocam a cada um em seu lugar: a abundância real, o luxo, o supérfluo para alguns; a insuficiência quantitativa,

4. Patriarcado e Forma Social da Comunicação

Os termos em que, no âmbito próprio da Comunicação, as especificações previamente apresentadas atuam sobre as articulações entre capitalismo e assimetria entre os sexos foram inicialmente explorados por Bastos e Souza (2019), seguindo as pistas de Scholz (1996, 2004, 2011, 2013, 2014, 2017), que identifica imediatamente a esfera da troca mercantil e a esfera pública. Vimos, no entanto, que, no plano da forma, o patriarcado não pode ser simplesmente derivado do valor, mas apenas reconhecido como expressão dos fatores extraeconômicos constitutivos da dinâmica de autovalorização do valor. A esfera pública e a Indústria Cultural, da sua parte, foram derivadas dos momentos lógicos decisivos da circulação simples de mercadorias e do terreno obscuro da produção e finalmente particularizadas, considerando a necessidade histórica de suas funções de mediação frente ao Estado e aos capitais em concorrência, e não imediatamente identificadas na esfera da troca mercantil (BOLAÑO, 2000). Esta é uma das grandes contribuições da Economia Política da Comunicação, expondo assim os diversos fundamentos liberais das assertivas habermasianas sobre a esfera pública burguesa e a consequente teoria do agir comunicativo, bem como os limites conceituais de Adorno e Horkheimer sobre a Indústria Cultural. Perceba-se que as assertivas sobre o modo de reprodução da vida, conforme vimos em Granou (1972), terão decisiva importância.

Em princípio, é possível considerar a oposição entre esfera pública burguesa clássica (cf.

a standardização, a miséria fundamental da satisfação das necessidades diárias para as grandes maiorias. E esta universalidade de (acesso ao) consumo que el capital queria impor aos trabalhadores como normas de liberdade, de igualdade e de fraternidade e apenas a aparência de uma nova aristocracia dos usos, de uma ‘moral para uso dos escravos’” (GRANOU, 1972, p. 57, tradução nossa).



HABERMAS, 1964) e esfera privada (doméstica) em termos da oposição entre os sexos. Contudo, na medida em que a identificação imediata entre esfera pública e esfera da troca mercantil carece de sentido, torna-se necessária maior acuidade na compreensão da esfera privada (doméstica) frente à efetiva e decisiva oposição entre a circulação geral, a única forma de sociabilidade em uma economia mercantil, e a esfera privada da produção de mercadorias. Nesta ocorre o consumo produtivo, pelo trabalhador em operação, dos meios de produção, ou o consumo (produtivo) da força de trabalho, enquanto, na esfera doméstica, o que ocorre é a destruição (consumo improdutivo) da mercadoria, ou seja, a realização do seu valor de uso, processo que, em todo caso, faz parte da reprodução do sistema na sua globalidade, na medida em que reconstitui as condições de oferta da força de trabalho, ao reproduzir as carências da classe trabalhadora.

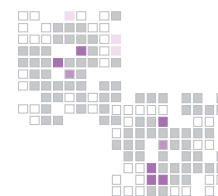
A rigor, a esfera mercantil da troca é o *locus* da igualdade formal entre os possuidores de mercadorias, aparência que fundamenta a informação direta e objetiva que surge nesse plano. Ao descermos, com Marx, ao terreno obscuro da produção, contudo, essa igualdade formal se demonstra intervertida como uma relação de dominação entre capitalistas e trabalhadores, cujo cerne é a exploração da força de trabalho. É aí que Bolaño (2000) reconhece a reprodução também da expropriação do saber operário, como expressão da propriedade privada dos elementos do capital constante em que se materializa o conhecimento originalmente produzido pela própria classe trabalhadora (acumulação primitiva de conhecimento) e dos instrumentos que garantem a circulação da informação necessária ao funcionamento dos processos produtivos e circulatórios do capital.

A assimetria entre os sexos e o patriarcado se expressa aí, tendo em vista as diferentes determinantes históricas da esfera doméstica

como fator extraeconômico ligado à reprodução da força de trabalho e ao controle social, como uma mobilidade sistêmica da mulher, que desempenha funções, ora produtivas, como força de trabalho na fábrica, ora improdutivas, no plano doméstico, como encarregada, pretensamente natural, de certas tarefas ligadas à reprodução. Essa “flexibilidade” do gênero feminino, na verdade, nada tem de natural, sendo, antes, índice dos movimentos da relação entre a esfera privada da produção de mercadorias e a esfera do consumo e do aproveitamento, para os objetivos cambiantes do capital, de instituições históricas, como o patriarcado, cujas raízes são muito anteriores ao modo de produção capitalista, como tanto Marx quanto Engels notaram em seus estudos antropológicos. Não obstante, é preciso deixar claro que:

A definitiva concepção de Marx sobre gênero como uma estrutura política extremamente complexa, socialmente incrustrada, ainda que trans-histórica, excede tanto o discurso que ele herdou da querelle des femmes quanto aquele da economia política. Destaque-se que, para Marx, gênero não é uma simples estrutura política de dominação: ou, mais precisamente, nem mesmo no interior de povos patriarcais nos quais a dominação da mulher por homens é um fato político consumado, essa dominação não é sempre perpetuada das mesmas maneiras ou pelas mesmas razões específicas. Em vez disso, as relações de dominação das mulheres pelos homens, assim como com outras relações de dominação, devem ser entendidas em diálogo com as normas rapidamente mutáveis do modo de produção como um todo, incluindo as normas mutáveis daquilo que conta como dominação (WENDLING, 2013, p. 355, tradução nossa¹¹).

11 Do original: “Marx’s ultimate conception of gender as an



Trata-se, portanto, de uma questão de ordem histórica, que exige, em todo caso, entender as especificidades da dominação de gênero no modo de produção particular, o que significa, entender a subsunção da forma patriarcado na dinâmica do capital, como fator extraeconômico destinado a cumprir funções de reprodução da força de trabalho e de controle social, a serviço da acumulação do capital. Mais ainda, é preciso entender as mudanças em relação às formas de dominação de gênero no interior do próprio modo de produção capitalista. Como aponta Wendling, “se Marx tivesse continuado a estudar gênero hoje, ele talvez especulasse sobre as formas particulares de dominação de gênero peculiares e úteis ao capitalismo” (idem, tradução nossa¹²).

Aqui também funciona o jogo entre as leis gerais inerentes ao modo de produção e suas formas de manifestação, de modo que, por exemplo, à medida que a esfera da produção de mercadorias demanda um uso crescente da força de trabalho feminina, a igualdade formal própria à esfera da circulação mercantil modula suas características sem, contudo, modificá-las. Assim, caso as mulheres sejam relegadas à esfera privada doméstica, como ocorreu historicamente, sua menor incidência como força de trabalho na esfera privada da produção não deixa de se expressar como uma igualdade

enormously complex, socially imbedded, yet transhistorical political structure exceeds both the discourse he inherited from the querelle des femmes and that he inherited from political economy. Importantly for Marx, gender is not a simple political structure of domination: or, more precisely, even within patriarchal peoples in which the domination of women by men is an accomplished political fact, this domination is not always perpetuated in the same ways or for the same precise reasons. Instead, relations of domination of women by men, as with other relations of domination, must be understood in dialogue with the fast-changing norms of the mode of production as a whole, including changing norms of what counts as domination” (WENDLING, 2013, p. 355).

12 Do original: “Had Marx continued to study gender today, he might have speculated about the particular forms of gender-domination peculiar and useful to late capitalism” (idem.).

formal na logicamente precedente esfera da circulação que, intervertida numa assimetria sexual, exclui a mulher. Formalmente a relação se dá entre iguais, mas seu fundamento está na assimetria que exclui a mulher das esferas da produção e circulação.

Portanto, a igualdade formal, real no plano das relações entre os sexos, torna-se possível pela exclusão da mulher do âmbito fundamental da produção. Por outro lado, mesmo uma maior presença feminina como força de trabalho não elimina a assimetria sexual historicamente instituída pela marca da esfera doméstica do consumo destrutivo. Pelo contrário, tal presença duplica as condições de desigualdade entre os sexos, replicando na esfera da produção a necessária reposição histórica do patriarcado na esfera doméstica. Ainda assim, a esfera da circulação continua funcionando, segundo sua característica de encontro entre possuidores de mercadorias formalmente iguais, como plano da aparência.

No entanto, a assimetria entre os sexos – que relega a mulher à esfera doméstica dissociada, cumprindo funções extraeconômicas, em negativo das esferas da circulação e da produção – adquire, com a Indústria Cultural, determinações próprias decorrentes das particularidades em que se dá a exposição da mulher aos seus produtos no espaço doméstico. Tomando por acertado o que Bastos e Souza (2019) afirmam sobre as insuficiências das análises que preconizam que a presença feminina no ambiente laboral da Indústria Cultural altera o quadro geral do patriarcado, foquemos em alguns aspectos de suas resultantes simbólicas.

A Indústria Cultural é uma particularização histórica das determinações funcionais do capital sobre a comunicação, como uma de suas dimensões, entre outros aspectos, porque repõe em outro âmbito a sobreposição da dominação de classe sobre a necessária cooperação horizontal

entre trabalhadores no processo produtivo. Ou seja, aquilo que a dominação própria à exploração da força de trabalho impõe na esfera da produção, ela repõe sob a aparência de liberdade (de expressão, ou de acesso à cultura e à informação) no âmbito das mediações que são o produto do trabalho empregado na Indústria Cultural, a qual cumpre, assim, suas funções, mascarando sob a forma de informação de massas a informação de classe que se revela na análise da produção (BOLAÑO, 2000).

Do ponto de vista dessas funções (publicidade, propaganda e programa), a presença da figura feminina cumpre o papel de atender às necessidades de comunicação dos capitais individuais e do Estado, de um lado, e às necessidades de reprodução simbólica do público, de outro lado, sempre de acordo com o momento histórico contingente das articulações entre esfera da circulação mercantil, da produção de mercadorias e a esfera privada doméstica. Trata-se, em todo caso, não só de uma permanência como de reforço da dominação, visto que a própria reprodução simbólica do mundo da vida se apresenta como funcional ao sistema que a coloniza, para usarmos a fórmula de Habermas. Em última instância, no que concerne nosso tema, atende-se, neste âmbito, às necessidades postas pelas modulações da assimetria entre os sexos que, nas esferas da circulação, produção e doméstica, servem à acumulação do capital e à reprodução social, inclusive a reprodução das carências de ordem cultural, cognitiva e psicológica dos indivíduos.

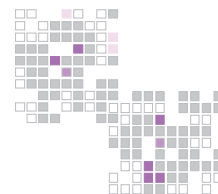
Todo o sistema global de cultura – incluindo as diferentes indústrias culturais e da comunicação, a internet, as chamadas novas mídias, redes sociais etc. – serve, na verdade, como mecanismo de controle social através da comunicação mediada. Aqui também se trata de uma construção histórica, de “formas particulares de dominação peculiares e úteis ao capitalismo tardio”, cuja

tendência, não obstante, já estava posta no momento da constituição da família patriarcal burguesa, que Wendling define utilizando o conceito marxiano de forma de transição, nos seguintes termos:

A forma da família patriarcal burguesa, comparada com seus predecessores históricos, está apenas vagamente enredada em extensas redes de parentesco. Em vez disso, há uma narrativa de atacar por conta própria, uma narrativa que relega a família patriarcal burguesa a seu próprio isolamento pontual. Trata-se, assim, um passo intermediário para fora da vida comunal e em direção ao último isolamento pontual do trabalhador, quem não pode mais ter acesso a redes de parentesco de nenhum tipo, mesmo aquelas limitadas da família patriarcal burguesa (WENDLING, 2011, p. 359, tradução nossa¹³).

A autora lembra que, nessa forma de transição, quedesolveasrelaçõesfeudais,comoapontaMarx, mulheres e crianças “passam a ser consideradas parte do conglomerado de propriedade corporal do pai e, assim, a família patriarcal burguesa não é uma comunidade legítima de pessoas”(idem, tradução nossa), constituindo-se, no seu interior, uma separação fundamental, de modo que, de um lado, o patriarca se apresenta como indivíduo de pleno direito na esfera pública e, de outro, estabelece, com as mulheres e crianças da família, relações pré-capitalistas.

13 Do original: “The bourgeois patriarchal family-form, compared to its historical predecessors, is only loosely enmeshed in extended kinship-networks. Instead, there is a narrative of striking out on your own, a narrative that relegates the bourgeois patriarchal family to its own dot-like isolation. It is, in this way, an intermediary step away from communal life and towards the ultimate dot-like isolation of the worker, who may no longer have access to kinship-networks of any sort, even the limited ones of the bourgeois patriarchal family” (WENDLING, 2011, p. 359).



Se o movimento descrito por Federici (2017), de constituição da família nuclear proletária, representa um avanço da forma patriarcal burguesa,¹⁴ aquele descrito por Granou (1972) situa-se no interior do movimento de dissolução desta, a serviço do grande capital. O papel central desempenhado pela comunicação nesse processo foi bem definido por Williams (2017), ao afirmar que o surgimento do *broadcasting*, embora apresentando-se, de início, como uma vitória da organização familiar em relação a outras como as igrejas ou a escola, representa, na verdade, uma derrota daquela face ao capital, ao radicalizar a tendência à individualização e à fragmentação social.

A assimetria entre os sexos, mais especificamente, demanda a abstração de audiências específicas e o atendimento de necessidades simbólicas próprias à condição dissociada. Se o velho estereótipo da família de “propaganda de margarina”, com a dona de casa e seus eletrodomésticos, ou os romances lacrimosos das telenovelas e *soap operas*, que correspondem à ideologia (sexista) da classe média norte-americana dos anos cinquenta, apresentam-se hoje como anacrônicas é porque outras configurações, outra forma cultural, para seguir com Williams (2017), preenchem as mesmas funções. Agora, com a maior presença de mulheres na esfera da produção, fruto também da crise do capital, com a modulação da igualdade formal na esfera da circulação e a persistência da assimetria no âmbito privado doméstico, as necessidades de anunciantes em busca de certas audiências como produto do

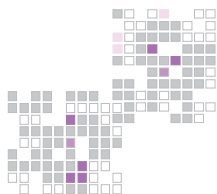
trabalho cultural, bem como as necessidades simbólicas dos públicos a serem satisfeitas pelos programas, mudam de conotação. A figura da mulher moderna, que trabalha, cuida dos filhos e atende aos desejos do marido, ou ainda a mulher autônoma, livre e independente, são variações a fim de satisfazer as necessidades de segmentação das audiências, o que exige fragmentação dos desejos, das necessidades e das carências. Esta nova figuração não apenas não modifica o quadro de assimetria entre os sexos, como serve fundamentalmente para atender às demandas de acumulação e reprodução do capital, escamoteando, assim, os fundamentos de dominação social e exploração do trabalho.

5. Considerações Finais

Ao longo do artigo, propusemos uma leitura que compusesse uma articulação entre o feminismo marxista e a Economia Política da Comunicação. A proposta, originalmente apresentada por Bastos e Souza (2019), reconhece na argumentação de Scholz (1996, 2004 e 2011) um ponto de partida para esse diálogo, tendo em vista a posição cerrada por esta última, ao indicar um lugar substancial para o patriarcado na configuração do capitalismo. Contudo, reconhecendo os limites desse encaminhamento, observamos que a dominação da mulher se apresentada num nível ainda mais essencial, próprio do momento da formação da força de trabalho. Uma direção para reconhecer tal fundamento se apresenta, num nível mais concreto, no processo histórico de incorporação do patriarcado no movimento de acumulação do capital.

A fim de avaliar tal argumento, buscamos em Federici (2018 e 2021) as bases críticas para análise. Em que pese os limites da interpretação de Federici (2018 e 2021), basicamente no que diz respeito à categoria de trabalho produtivo e ao suposto progressismo equivocadamente impingido a Marx, o encaminhamento histórico

14 A constituição da família nuclear proletária está relacionada ao que Federici chama privatização do corpo feminino e à realocação das mulheres na esfera doméstica – possível graças ao avanço da extração de mais-valia relativa e da subsunção real do trabalho – que é, ela mesma, um elemento contra tendencial, pois representa, ao mesmo tempo, redução do valor da força de trabalho e reconfiguração do exército industrial de reserva.



por ela oferecido oferece uma base analítica para a compreensão da incorporação do patriarcado na dinâmica do capital. Tomando alguns achados de Granou (1972) em torno do conceito de modo de vida, especulamos argumentos que fundamentem uma crítica da comunicação como forma social que expresse a incorporação do patriarcado aos elementos essenciais do modo de produção capitalista.

A partir da perspectiva de Bolaño (2000), dedicamos atenção a compreender como as transformações do patriarcado, desdobradas historicamente segundo o contexto e suas especificidades, se reconfiguram no âmbito da comunicação como forma social. Especificamente, sugerimos um caminho de análise que aponta que, no bojo da Indústria Cultural, as mudanças nas expressões da assimetria de gênero são elas mesmas mudanças nas condições próprias de incorporação do patriarcado no modo de produção capitalista. Numa avaliação geral, é preciso mobilizar as categorias da EPC para entender que, por exemplo, novas segmentações de público,

reagindo a reconfigurações do mercado de anunciantes, correspondem a reposicionamentos do patriarcado na autovalorização do valor.

Enquanto persistirem a produção privada de mercadorias e a exploração da força de trabalho, cujo âmbito complementar necessário e contraditório é a esfera privada doméstica do consumo improdutivo, as modulações na assimetria entre os sexos presentes na Indústria Cultural continuarão servindo para a dinamização da acumulação e da reprodução do capital. Assim, a ideia, erroneamente imputada a Marx, ou ao marxismo dito clássico, por Federici (2021), de que o desenvolvimento máximo da maquinaria e da tecnologia, com a máxima expansão das forças produtivas, permitiria o alívio das atividades domésticas, é tão fantasiosa quanto a família de margarina dos anos cinquenta. No que diz respeito à comunicação como forma social, as reverberações das lutas contra o patriarcado incorporado ao capitalismo exigirão, ao fim e ao cabo, não modulações, mas novas mediações.

Referências

BASTOS, Manoel Dourado e SOUZ, Rafaela Martins de. Os fundamentos sociais do patriarcado de mídia, *Pauta Geral - Estudos em Jornalismo*, 6(2), 2019, p. 53-69. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/pauta/article/view/14709>. Acessado: 01/03/2022.

BOLAÑO, César. *Indústria cultural: informação e capitalismo*. São Paulo: Pólis/Hucitec, 2000.

_____. Trabalho intelectual, comunicação e capitalismo. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*. Rio de Janeiro, n. 11, dez., 2002, p. 53-78.

_____. Da derivação à regulação: para uma abordagem da Indústria Cultural. *Revista Eptic*. Aracajú, Vol. IV, n. 03, 2003. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/download/405/536>. Acesso em: 30/06/2019.

_____. Reestruturação produtiva, subsunção do trabalho intelectual e a dinâmica contraditória do desenvolvimento. In:

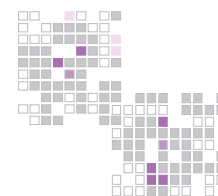
MACIEL, Maria Lucia; ALBAGLI, Sarita. *Informação, conhecimento e poder. Mudança tecnológica e inovação social*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

BOLAÑO, César; HERRERA-Jaramillo, Mauricio. *Modos de vida, conocimiento y capitalismo en perspectiva histórico-estructural*. Para una crítica de la comunicación para el desarrollo en América Latina. In: *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, 52, jan./abr. 2019, p. 1-26.

FAUSTO, Ruy. *Marx, lógica e política, vol. III*, Ed. 34, São Paulo, 2002.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa: Mulheres Corpo e Acumulação Primitiva*. Tradução do Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. *El patriarcado del salario: críticas feministas al marxismo*. 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Tinta Limón, 2018.



- FEDERICI, Silvia. *O patriarcado do salário*. São Paulo: Boitempo, 2021.
- FURTADO, Celso. *Obra autobiográfica de Celso Furtado*. Edição de Rosa Freire d'Águaiar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. (3 tomos)
- GRANOU, André. *Capitalismo y modo de vida*. Madrid: Alberto Corazón, 1972.
- HABERMAS, J. (1961). *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.
- _____. *O Capital: Crítica da Economia Política. Livro I: O Processo de Produção do Capital*. Tradução de Rubens Enderle. 2a. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- NEGRI, Antonio. *Marx beyond Marx. Lessons on the Grundrisse*. New York: Pluto
- NEGRI, Antônio; HARDT, Michael. *Império*. E. Record, São Paulo, 2001 [2000].
- POSTONE, Moishe. *Tempo, trabalho e dominação social*. São Paulo: Boitempo, 1993
- SCHOLZ, R. O Valor é o Homem: teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, nº 45, julho de 1996, pp. 15-36.
- _____. *A Nova Crítica Social e o Problema das Diferenças: Disparidades econômicas, racismo e individualização pós-moderna - Algumas teses sobre o valor-dissociação na era da globalização*, 2004. Disponível em: http://www.obeco-online.org/roswitha_scholz3.htm. Acesso em: 30/06/2019.
- _____. *Sobre o conceito de valor e de dissociação-valor*. In: SCHOLZ, R. *O Sexo do Capitalismo: Teorias feministas e a metamorfose pós-moderna do capital*. 2ª Edição. Tradução para o português de excertos, 2011. Disponível em: http://www.obeco-online.org/livro_sexu_capitalismo.htm. Acesso em: 30/06/2019.
- _____. *El Patriarcado Productor de mercancías: Tesis Sobre Capitalismo y Relaciones de Género. Constelaciones - Revista de Teoría Crítica*. nº 5, dezembro de 2013. Disponível em: <http://constelaciones-rtc.net/article/view/815/869>. Acesso em: 30/06/2019.
- _____. *Homo Sacer e os ciganos: o anticiganismo - reflexões sobre uma variante essencial e por isso esquecida do racismo moderno*. Lisboa: Antígona, 2014.
- _____. *Nota Prévia ao ensaio "O Valor é o Homem"*. Junho de 2017. Disponível em: <http://www.obeco-online.org/rst1.htm>. Acesso em: 30/06/2019.
- WENDLING, Amy E. *Second Nature: Gender in Marx's Grundrisse*. In: BELLOFIORE, Riccardo; STAROSTA, Guido; THOMAS, Peter. *In Marx's Laboratory*. London: Brill, 2013.
- WILLIAMS, Raymond. *Televisão: tecnologia e forma cultural*. São Paulo/Belo Horizonte: Boitempo/Ed. PUC-Minas, 2017.

